



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



PEC EMERGENCIAL REFORMA ADMINISTRATIVA E DÍVIDA PÚBLICA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
8 de março de 2021

DIA DAS MULHERES

Não foi por um ato de bondade que um dia decidiram que nós mulheres também poderíamos votar e ser votadas, ocupar cargos públicos e exercer a nossa cidadania.

Tudo foi conquistado às custas de muita luta de nossas antepassadas, escravizadas e desrespeitadas em sua inteligência, capacidades e liberdade. Rendemos a nossa imensa gratidão a todas que nos antecederam.

Ainda falta muito para conquistar: ainda existe muita discriminação e violência contra as mulheres.

Seguimos marchando, tecendo a história com cada ponto que cada uma contribui em seu espaço de atuação.

Temos avançado. É preciso reconhecer isso para seguirmos cada dia mais animadas, especialmente nos dias atuais, marcados pela financeirização selvagem que se alimenta do Sistema da Dívida, sangra os orçamentos públicos e impede o atendimento aos direitos sociais básicos da população, em plena pandemia!

Precisamos seguir lutando pelos direitos das mulheres, mas também pela mudança desse modelo econômico que idolatra o dinheiro, abandona seres humanos e desrespeita o ambiente, comprometendo a vida no planeta.

A luta das mulheres de hoje é uma luta contra as medidas (PEC 186/2019, PEC 32/2020 e tantas outras) que aprofundam esse modelo econômico injusto.

É também uma luta pela verdadeira democracia, que só existirá de fato quando houver igualdade de oportunidades, respeito aos direitos sociais e garantia de vida digna em abundância para todas as pessoas.

Muita força e coragem para todas nós!

Maria Lucia Fattorelli

BRASIL: 265.411 mortos até 07.03.2021

≡ EL PAÍS

BRASIL

PANDEMIA DE CORONAVÍRUS >

Miguel Nicolelis: “Brasil pode cruzar a marca de 3.000 óbitos diários por covid-19 nas próximas semanas”

Cientista defende um ‘lockdown’ nacional para evitar colapso sanitário. “Vamos entrar numa situação de guerra explícita. Podemos ter a maior catástrofe humanitária do século XXI em nossas mãos”



À beira de colapso sanitário nacional, o Congresso priorizou entrega do BC (PLP 19/2019) e agora é:

- **PEC 186** coloca política fiscal recessiva na Constituição para amarrar as possibilidades de investimento social e desenvolvimento socioeconômico, privilegiando explicitamente o gasto financeiro com a dívida pública, que tem crescido principalmente por causa da política monetária do Banco Central.



28 DE JANEIRO, 2021

Monitor Mercantil: "Estamos sob a ditadura do capital", por Maria Lucia Fattorelli

- **PEC 32** desmonta a estrutura do Estado e abre possibilidade de privatizar tudo. O rombo das contas públicas não está no serviço público, mas no Sistema da Dívida

- **PEC 186**

“PEC Emergencial”

PEC 186 é chamada de “Emergencial” desde 2019

CHANTAGEM com Auxílio Emergencial em 2021

TEMOS MANTIDO MAIS DE R\$ 4 TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS e chegamos a quase R\$ 5 TRILHÕES em 2020!

Em Dezembro/2020, possuíamos, por exemplo <https://bit.ly/37MniDf> :

- **R\$ 1,289 TRILHÃO** no caixa do Tesouro Nacional;
- **R\$ 1,393 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 1,836 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

LIMITE DE APENAS R\$ 44 BILHÕES PARA O AUXÍLIO EMERGENCIAL É CRIMINOSO

Em poucos meses de 2020 Banco Central liberou trilhões aos bancos

Capítulo 2 – Temas selecionados

Tabela 2.1.3.2 - Medidas para salvaguardar a estabilidade financeira

Fonte: Banco Central do Brasil

Medida	Potencial	Implementado
Liberação de liquidez	R\$ 1.274 bi	R\$ 352,5 bi
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)	R\$ 135 bi	R\$ 135 bi
Liberação de adicional de compulsório	R\$ 70 bi	R\$ 70 bi
Flexibilização de LCA	R\$ 2,2 bi	R\$ 2,2 bi
Empréstimo com lastro em LF garantidas	R\$ 670 bi	R\$ 54,9 bi
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros	R\$ 50 bi	R\$ 23,2 bi
Novo DPGE	R\$ 200 bi	R\$ 19 bi
Empréstimo com lastro em debêntures + compulsório para funding de recompra de LF	R\$ 91 bi	R\$ 3 bi
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança	R\$ 55,8 bi	R\$ 45,2 bi
Liberação de capital	R\$ 1.348,2 bi	R\$ 1.218,15 bi
Overhedge	R\$ 520 bi	R\$ 520 bi
Redução do ACCPBrasil	R\$ 637 bi	R\$ 637 bi
Redução do requerimento de capital para operações de crédito a pequenas e médias empresas	R\$ 35 bi	R\$ 35 bi
Redução do requerimento de capital das instituições de pequeno porte	R\$ 16,5 bi	R\$ 16,5 bi
Redução do requerimento de capital nas exposições de DPGE	R\$ 12,7 bi	R\$ 1,95 bi
Otimização do capital (CGPE)	R\$ 127 bi	R\$ 7,7 bi
Dispensa de provisionamento por repactuação	R\$ 3.200 bi*	R\$ 889,8 bi
Compra de ativos no mercado secundário	N.D.	-
Outras medidas		
Linha de swap de dólar com Fed	US\$ 60 bi	0
Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE)	R\$ 40 bi	R\$ 6,3 bi
Imóvel como garantia de mais de um empréstimo	R\$ 60 bi	-

* Crédito potencialmente beneficiado pela medida.

“PEC Emergencial” - Desmonte dos Direitos Sociais conquistados na Constituição de 1988

Todos os direitos sociais previstos no Art. 6º da CF (educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados), assim como todos os investimentos na estrutura do Estado brasileiro ficarão rebaixados a um plano inferior, condicionados à produção de AJUSTE FISCAL E SUPERÁVIT FISCAL DE PELO MENOS 5% em relação às receitas correntes, o que representará um imenso sacrifício imposto à Nação brasileira, para servir aos privilégios para pagamento da questionável dívida pública que nunca foi devidamente auditada, como manda a CF.

A verdadeira causa de desequilíbrio fiscal no país tem sido o exorbitante gasto com a chamada dívida pública <https://bit.ly/3j33TlW>

Direitos Sociais ficarão constitucionalmente subordinados ao pagamento da questionável dívida pública.

PEC 186 é recessiva e impedirá o desenvolvimento socioeconômico do país

O Substitutivo aprovado no Senado é recessivo e impedirá o desenvolvimento socioeconômico do país, na medida em que dá *status* constitucional para o "AJUSTE FISCAL" e para o SUPERÁVIT FISCAL de pelo menos 5% das receitas correntes, forçando a retração econômica quando o país precisa justamente do contrário.

Ver estudo publicado pela AFIPEA (<https://bit.ly/2PF18PF>) - APONTAMENTOS CRÍTICO-PROPOSITIVOS AO SUBSTITUTIVO DO SENADO PARA A PEC 186 DITA EMERGENCIAL.

Além do ajuste fiscal e superávit fiscal, a proposta da PEC 186 para o Art. 109 do ADCT submete a esfera federal a mais GATILHOS AUTOMÁTICOS de corte de gastos e outras vedações.

Se aprovada dessa forma, o Brasil estará condenado a regredir!
Parlamentares que estão votando essa PEC avaliaram o alcance dessas medidas?

A PEC 186/2019 contém termos evasivos que podem levar a infinitas interpretações danosas à Nação

A PEC 186 insere no texto constitucional a autorização para "*medidas de ajuste, suspensões e vedações*", bem como a "*alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida*" de forma a garantir a "*sustentabilidade da dívida*".

A autorização é dada de forma ampla, que permite infinitas interpretações.

- A quais vedações a PEC 186/2019 estaria se referindo?
-
- A quais suspensões a PEC 186 se refere?
- Alienação de ativos para pagar dívida passa a ser regra constitucional?
- Qual o alcance dessa vedação à criação de fundo público nessas condições colocadas no novo Art. 167, XIV?

O texto constitucional não pode conter expressões evasivas que podem levar a interpretações danosas à sociedade e à economia do país.

PEC 186 provoca dano às finanças de Estados e Municípios

- A PEC 186 representa um dano também aos estados e municípios, pois acaba com o ressarcimento pela União das perdas de estados e municípios com a chamada “Lei Kandir”: lei federal (Lei complementar 87/96) que concedeu isenção de imposto estadual (ICMS) sobre exportações de produtos primários e semi-elaborados, obrigando o governo federal ressarcir estados e municípios dessa perda. Ao longo dos anos, o ressarcimento tem sido historicamente insuficiente e a PEC 186 extingue a possibilidade de reposição dessas perdas, empobrecendo todos os entes federados do país.
- Por outro lado, a PEC 186 é permissiva com devedores da Previdência, na medida em que permite que a pessoa jurídica em débito com a Seguridade Social possa contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

“PEC Emergencial” aumenta o privilégio da Dívida

*"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a **manter a dívida pública em níveis que assegurem sua sustentabilidade**"*

*"A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a **sustentabilidade da dívida**"*

A PEC 186 aumentará a desigualdade social, pois além de condicionar os direitos sociais ao “AJUSTE FISCAL”, reforça ainda mais o privilégio da dívida pública.

Para que tem servido a dívida pública no Brasil

<https://bit.ly/3dMqBhw>

Mais privilégio da Dívida em diversos dispositivos

- Art. 165 submete toda a programação dos gastos públicos à sustentabilidade da dívida;
- Art. 167 contém mais um privilégio grotesco para a chamada dívida pública, que terá suas receitas intocadas, enquanto os demais gastos e investimentos públicos estarão submetidos ao AJUSTE FISCAL para servir à dívida;
- O Substitutivo da PEC 186 privilegia mais uma vez e de forma descarada o pagamento da dívida ao permitir que **recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro (o chamado "superávit financeiro") sejam destinados para o pagamento da dívida pública**, ainda que tenham vinculação com determinado investimento social. Tais recursos existentes na conta única do Tesouro Nacional superam R\$ 1,3 trilhão e deveriam estar sendo destinados ao pagamento do auxílio emergencial, que nunca deveria ter sido interrompido. **É evidente a chantagem colocada nesta PEC 186/2019!**

PEC 186 coloca AJUSTE FISCAL e META DE SUPERÁVIT FISCAL na CONSTITUIÇÃO

De 1995 a 2015 produzimos R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário.
Apesar disso, a dívida interna federal aumentou de **R\$86 bilhões** para quase **R\$4 trilhões** no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

Os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da "crise" <https://bit.ly/3dMqBhw>

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTPlJo>

“PEC Emergencial” acarretará congelamento de carreiras, reajustes a servidores, salário mínimo e benefícios previdenciários

O Substitutivo também prevê que, caso a relação entre despesas correntes e receitas correntes supere 95%, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, **vedar**, por exemplo:

- a concessão de qualquer aumento, vantagem, criação de cargos, planos de carreira, etc. aos servidores públicos;
- qualquer aumento de despesa obrigatória;
- o aumento real do salário mínimo ou benefícios previdenciários;
- outros

“PEC Emergencial” prorroga o “orçamento de guerra”

Na tentativa de gerar um argumento a favor da PEC, o relator inseriu a continuidade do chamado “orçamento de guerra”, permitindo que gastos relacionados à pandemia (principalmente o “Auxílio Emergencial”) fiquem dispensados da observância das limitações quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

Porém, este dispositivo deveria existir para todos os investimentos sociais há muito tempo, e sua aprovação não deveria estar condicionada à aprovação de outros dispositivos nefastos, principalmente porque:

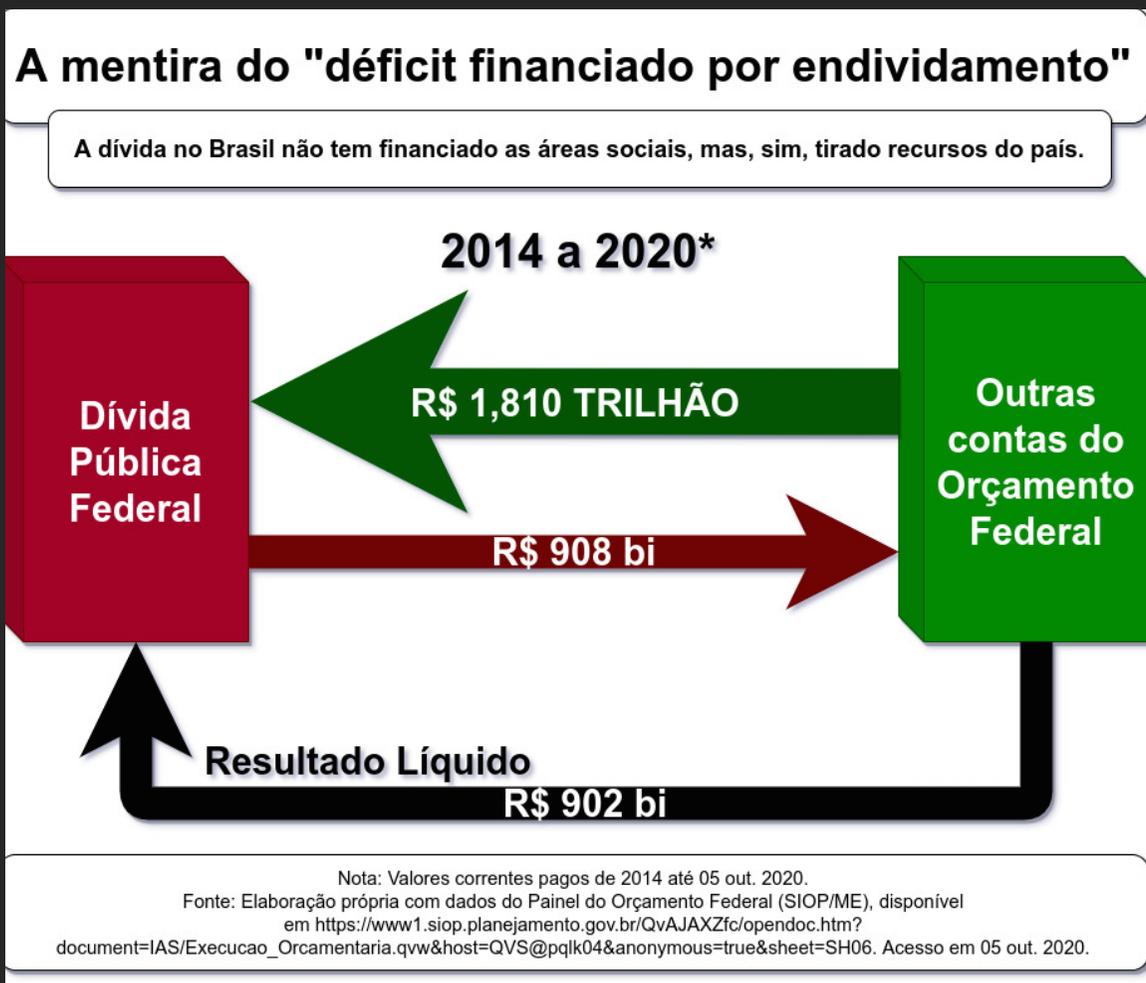
- A Bolsa-Banqueiro ilegal tem sido paga religiosamente
- Possuímos cerca de R\$ 5 trilhões em caixa!

O Brasil não está quebrado e há muito a ser feito

<https://bit.ly/37MniDf>

“PEC Emergencial” aumenta privilégios da Dívida

A PEC 186 permite que sejam feitas operações de crédito para custear despesas correntes, alegando que o país está precisando se endividar para cobrir os gastos com a pandemia, o que é enganoso:



“PEC Emergencial” aumenta privilégios da Dívida

- A autorização para emissão de dívida para custear despesas correntes visa “legalizar” o pagamento de juros da dívida pública com recursos oriundos de novos empréstimos.
- ACD vem denunciando esse artifício desde a CPI da Dívida em 2009/2010: CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO <https://bit.ly/3siJxse> e <https://bit.ly/2MVSvfk>
- O Substitutivo da PEC 186 permite que recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro (o chamado “superávit financeiro”) sejam destinados para o **pagamento da dívida pública, ainda que tenham vinculação com determinado investimento social.**

- **PEC 32**

“Reforma Administrativa”

<https://auditoriacidada.org.br/video/video-16-ehoradevirarajogo/>



**CARTA ABERTA
DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES DO PODER EXECUTIVO
E AOS PARLAMENTARES**

**QUESTIONA OS ARGUMENTOS E DADOS USADOS POR AUTORIDADES
PARA JUSTIFICAR A “REFORMA ADMINISTRATIVA” (PEC 32/2020)**

Brasília, 11 de fevereiro de 2021

Excelentíssimos(as) Deputados(as) Federais
Membros da Comissão de Constituição e Justiça
Câmara dos Deputados
Brasília – DF



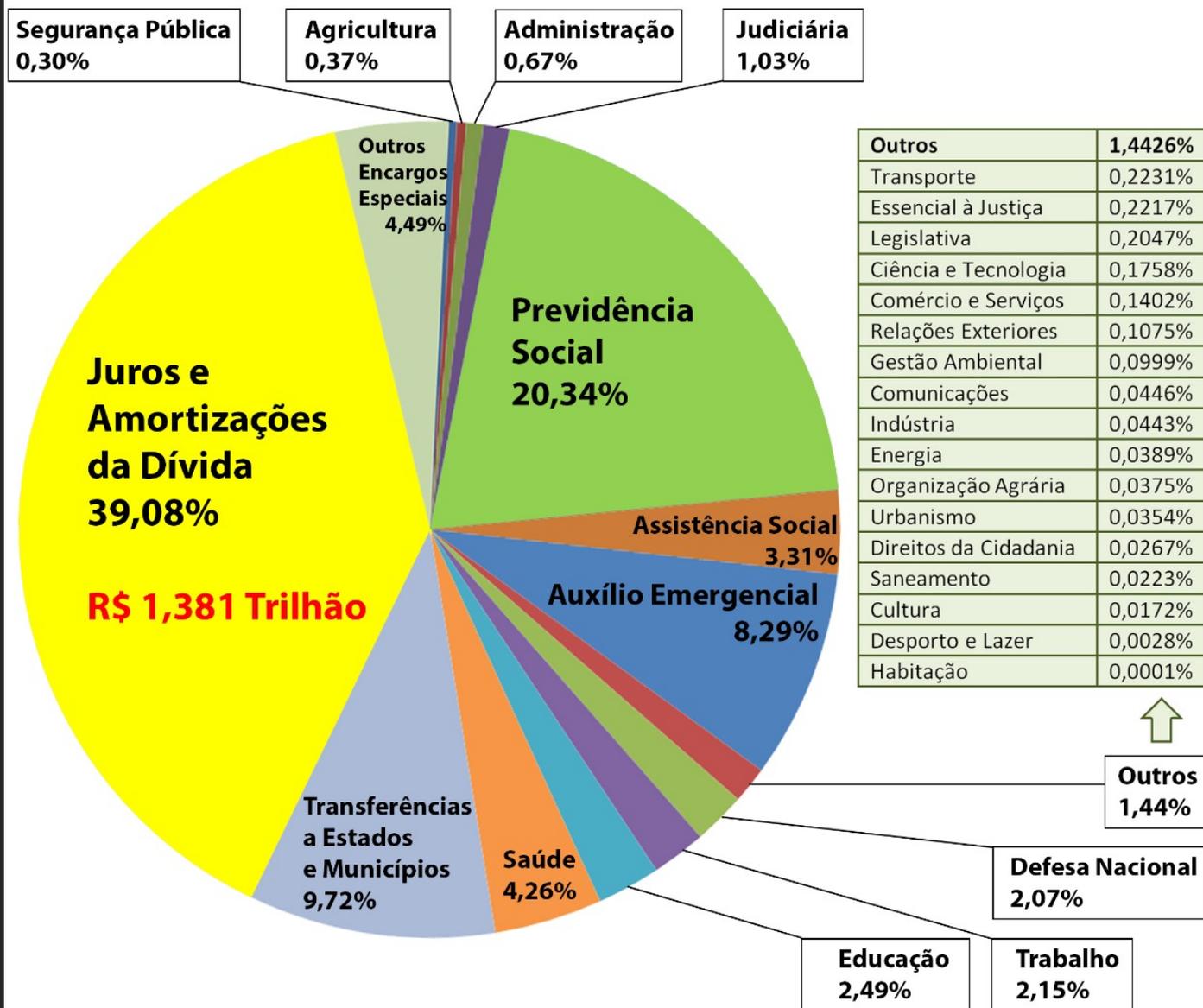
Cerca de 120 entidades já apoiam a Carta Aberta

- Lives semanais
- Posts sobre os 25 questionamentos
- Releases
- Contatos com imprensa
- Envio para autoridades do Executivo e Legislativo
- Interpelação extrajudicial

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-questiona-reforma-administrativa-pec-32-2020-deputados-membros-da-ccj/>

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES

Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Fonte: https://www1.sio.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxílio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

<https://bit.ly/3pOSvvH>

DELIBERAÇÕES

- Necessidade de atualização do texto e envio de Interpelação Extrajudicial para deputados(as) federais;
- Necessidade de deliberação de ações conjuntas:
 - Atividades para aumentar a mobilização no sentido de exigir a abertura do necessário debate com a sociedade civil, que sofrerá as consequências dessa PEC 186/2019;
 - Exigir AUDIÊNCIAS PÚBLICAS VIRTUAIS
- Ações para repudiar as mentiras e chantagens usadas para convencer parlamentares e opinião pública sobre a necessidade da PEC 186/2019;
- Ações para denunciar o objetivo da PEC 186/2019: submeter a Nação a um sacrifício fiscal desnecessário ao constitucionalizar o ajuste fiscal e a necessidade de cumprir meta de superávit fiscal e realizar venda de ativos, o que só servirá ao aumento dos gastos com a chamada dívida pública e sustento da política monetária suicida do Banco Central, que já custou R\$ 3 trilhões em 10 anos (<https://bit.ly/3uVs9fm>) e que agora "independente" poderá ampliar ainda mais esse rombo;
- Outras sugestões relacionadas à PEC 186/2019 e PEC 32/2020.

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIADIDADA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO